

**ACTA**

Aos vinte e três dias do mês de Julho do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Rui Vítor Poeiras Lobo da Costa, Carlos Manuel Amaral Vasconcelos, Vítor Manuel da Silva Ferreira e Ana Amélia Mota Guimarães. -----

Não compareceu o Vereador José Manuel Fernandes Antunes, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Câmara informou que estava presente nesta reunião uma delegação da Escola Profissional CENATEX, para darem conta da sua participação no recente Mundial de Robótica, disputado na Áustria. Competindo com as maiores potências mundiais, a representação da CENATEX conquistou o 1.º prémio individual e o 3.º colectivo. O Presidente agradeceu em nome da Câmara este feito notável, felicitando a CENATEX e os participantes no campeonato. Passou a palavra ao Director da CENATEX, Dr. Fragateiro, que leu, em voz alta, um documento sobre a criação da CENATEX, fazendo um histórico da sua evolução até aos nossos dias, que a seguir se transcreve: “Exmo. Sr. Presidente, Exma. Sr.^a Vereadora Francisca Abreu, Exmos. Srs. Vereadores, mais entidades presentes, Exmos. Srs. E Sras., A Escola Profissional Cenatex foi criada em 1991, ao abrigo do programa especial de recuperação do Vale do Ave num protocolo com o Ministério da Educação. Tínhamos e temos como objectivo a formação de técnicos que

permitted help the region to get out of an economy based on hand-labour intensive and generator of reduced more valuable. We have, thus, since then, in the formation of technicians capable of inverting this stigma and thus in other areas, we have technicians of electronics and automation industrial. Today we are here to deliver symbolically in the hands of V. Exas., to the whole population of the Municipality and the Region, these trophies that represent the success achieved by the whole school community that of constant and determined has pursued this objective, along the last six years in which participate in the National and World Championships of Football of Robotics. The 1.º prize by teams, the 1.º prize individual title and the 3.º prize by teams, won in the Championship of the World of Football of Robotics held this year in the city of Graz in Austria, in which participated teams champions of some of the technologically more developed countries, such as United States, Japan, China, Germany, Finland and Italy, among others, it is in our understanding pass the immodesty, a notable fact for a small school like ours. It is, thus, with much taste and with much pride that I go to present the team that, representing Portugal in this Championship, achieved this feat and that will pass to deliver the trophies: Eng.º José António Dias; Luís Novais; Armando Freitas; Martinho Silva; Nuno Pacheco; João Félix; Rafael Alves; Rui Sá e Tiago Machado”. -----

----- INTERVENÇÕES -----

1 – Vereadora Ana Amélia Guimarães – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Manifestamos o nosso protesto pela quantidade de pontos, noventa e dois, da ordem de trabalhos. Lamentamos que a autarquia desconsidere este órgão do poder local democrático, confrontando a oposição com rol de assuntos, e decorrentes votações, que



mereciam outro cuidado e atenção. Não nos parece que o número de assuntos e votações submetidas a esta reunião (já em vésperas de eleições) seja um contributo para a promoção da democracia e do município, bem como para com o exercício do direito de oposição”. **2 – Vereador Rui Vítor Costa – a)** – Reiterou a posição do Partido Social Democrata sobre a importância da criação de uma sociedade de reabilitação urbana, afirmando que é necessário criar condições para que quem não tem as casa recuperadas o possa fazer. **3 – Presidente da Câmara –** Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Referiu que o Sr. Secretário de Estado, João Ferrão, tem feito um esforço enorme para levar à prática uma reabilitação mais profunda. Contudo, referiu também que os programas criados não têm tido muita adesão. **4 – Vereadora Francisca Abreu -** Apresentou o programa “Aprender é Vencer”, como programa que promove o acesso à Educação. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

VOTO DE PESAR – DOMINGOS RIBEIRO – Presente a seguinte proposta: “No início desta semana faleceu Domingos Ribeiro, cidadão vimaranense que se destacou nos últimos quarenta anos de vida da cidade com importantes intervenções na política municipal e da sua freguesia de Creixomil e como dirigente de Instituições Particulares de Solidariedade Social. Foi Vereador Municipal, membro da Assembleia Municipal que integrou desde a sua primeira eleição em 1976, durante mais de vinte anos, membro da Junta e da Assembleia de Freguesia de Creixomil, dirigente partidário, sindicalista têxtil, dirigente da Rede Social. Foi um cidadão que se dedicou integralmente aos interesses colectivos da nossa comunidade, possuidor de um elevado espírito bairrista, defensor de ideias políticas e de

solidariedade. Nesta hora de dor para todos os seus familiares e amigos e para aqueles que foram seus companheiros na gestão autárquica, proponho que a Câmara Municipal aprove um voto de pesar e de sentidas condolências a ser enviado à sua família”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – FÁBRICA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA – COMEMORAÇÕES DA BATALHA DE

ALJUBARROTA – Presente a seguinte proposta: “À semelhança do que acontecendo nos últimos anos, a Colegiada Nossa Senhora da Oliveira propõe-se promover os actos comemorativos da Batalha de Aljubarrota, envolvendo um serviço religioso e a iluminação festiva das ruas de Santa Maria e Egas Moniz. Atendendo ao alto significado histórico da data em apreço, proponho, ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a atribuição, à Fábrica da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, de um subsídio de €3.100,00 (três mil e cem euros), destinado a custear as despesas implicadas naquelas actividades. A cargo do Município ficaria a instalação provisória de duas baixadas eléctricas de 41,4 Kva para alimentação da referida iluminação”. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente este ponto desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente



com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

CASFIG, EM – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO

– REFORÇO – Presente um ofício da CASFIG, EM remetendo informação relativa à necessidade em reforçar a verba do Subsídio Municipal ao Arrendamento em €50.000,00 (cinquenta mil euros) que permitirá ao Município apoiar, até ao mês de Dezembro de 2009, aproximadamente mais 150 agregados familiares, a juntar aos 158 que já usufruem desta subvenção. A referida informação, bem como a lista de candidatos ao Subsídio Municipal ao Arrendamento dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – De uma informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente relativa à abertura e alargamento do horário de funcionamento dos Parques de Estacionamento Central e Condessa Mumadona, decorrente das Festas Gualterianas e do espectáculo “O Sonho de Afonso”; **2** – De uma visita às obras de requalificação da Estação Central de Camionagem no final da presente reunião; **3** – Fez a distribuição, pelos Senhores Vereadores, do Livro apresentado ontem “Guimarães, do

Passado e do Presente”; **4** – Da aquisição de uma viatura eléctrica que prestará serviço no Cemitério da Atouguia, no âmbito do Plano de Acção da Melhoria da Qualidade do Ar, bem como de uma plataforma elevadora destinada ao Cemitério de Monchique; **5** – Informou sobre os dados relativos ao Rendimento Social de Inserção no Município de Guimarães existindo, neste momento, 1203 agregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção, num total de 3284 elementos; **6** – Informou que actualmente estão a ser distribuídos pela Fraterna 280 cabazes mensais; **7** – Disse que a Autarquia já chegou a acordo com o proprietário do terreno onde vai ser construído o estacionamento de apoio ao Centro de Saúde de Urgezes; **8** – De ter estado presente, em Guimarães, nos passados dias 3, 4 e 5 de Julho o Sr. Bernhard J. Deubig, antigo Presidente da Câmara Municipal de Kaiserslautern e actual líder da CDU no Parlamento Regional do Palatinado; **9** – Fez um agradecimento público ao ex-Ministro da Economia e da Inovação pelo contributo dado no apoio a algumas empresas do concelho; **10** – Deu conhecimento do Plano de Contingência e medidas de combate à Gripe A do Município; **11** – De ter sido levada a cabo uma acção de campanha, no Largo da Oliveira, pelo Bloco de Esquerda quando o que se pretende é libertar aquele espaço nobre da cidade de acções semelhantes à ocorrida; **12** – Da realização da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal no dia 10 de Setembro de 2009, à hora e local habituais, considerando-se todos os membros do Órgão Executivo presentes devidamente convocados. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 7 de Julho de 2009, que adjudicou a empreitada designada por “**Centro de Ciência Viva – 2.ª Fase**”, ao concorrente “Fersil, Lda”, pelo valor de €324.358,79



(trezentos e vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e oito euros e setenta e nove cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 100 dias; **II** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 10 de Julho de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais; “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **“Pavimentação da Rua de S. Bento – Tabuadelo, Rua da Bela Vista e Rua Padre José Ferreira Leite – Cadoso S. Tiago”**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €336.564,53 (trezentos e trinta e seis mil quinhentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 09.01.02. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €336.564,53 (trezentos e trinta e seis mil quinhentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 60 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos

e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”; **III** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 9 de Julho de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **“Reperfilamento da Rua Moura Machado – Azurém”**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €347.283,64 (trezentos e quarenta e sete mil duzentos e oitenta e três euros e sessenta e quatro centimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 09.01.35. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €347.283,64 (trezentos e quarenta e sete mil duzentos e oitenta e três euros e sessenta e quatro centimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar



de 120 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais. b) Vogal: Vítor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução; **IV –** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Julho de 2009, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: “**Proposta para abertura do Concurso Público nº 11/09** – Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: Bem ou serviço: **Prestação de Serviços – Transporte de Alunos para Almoço – Ano Lectivo 2009/2010**; Preço base: €195.000,00 (cento e noventa e cinco mil euros) + I.V.A. (5%); Classificação Económica: 020210; Plano: 010256; Procedimento: Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b). nº 1, artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado; Entidade competente para adjudicar: O Presidente da Câmara Municipal; Júri: Efectivos: Presidente – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento

Financeiro; Vogais: - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior; Vogais Suplentes: - Clara Maria Soares, Técnica Superior; - Carla Alexandra Castro, Técnica Superior; Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior”; **V** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Julho de 2009, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: **“Proposta para abertura do Concurso Público nº 12/09** – Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: Bem ou serviço: **Prestação de serviços – Transporte Escolar de Alunos do 1º CEB – Ano Lectivo 2009/2010**; Preço base: €190.000,00 (cento e noventa mil euros) + I.V.A. (5%); Classificação Económica: 020210; Plano: 010257; Procedimento: Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b). nº 1, artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado; Entidade competente para adjudicar: O Presidente da Câmara Municipal; Júri: - Efectivos: Presidente – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; Vogais: - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Laura Mina Amaro Paco Quesado, Técnica Superior; Vogais Suplentes: - Clara Maria Soares, Técnica Superior; - Carla Alexandra Castro, Técnica Superior; Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior”; **VI** – Da seguinte



informação da Divisão de Património Municipal: **“VENDA EM HASTA PÚBLICA DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO** – Serve a presente para informar que no dia 26 de Junho de 2009, pelas 14h30, no Auditório da Biblioteca Municipal Raul Brandão, procedeu-se ao acto público da venda em hasta pública 84 toldos do antigo mercado municipal, um contentor monobloco e um conjunto de 39 rádios emissores/receptores com uma central, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 28 de Maio de 2009. Conforme consta da respectiva acta, a praça ficou deserta em virtude de não terem sido recebidas propostas escritas dentro do prazo estipulado no Programa da Hasta Pública e pelo facto de não terem comparecido interessados em licitar. Assim, deverá este assunto ser apresentado a reunião de Câmara para conhecimento. À consideração superior”; **VII** – Do ofício da Assembleia Municipal número 121 que comunica a aprovação, em sessão realizada no passado dia 26 de Junho, da seguinte proposta: **a)** – “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012 – Criação da Fundação Cidade de Guimarães”; **VIII** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 122 a 129 que comunicam a aprovação, em sessão ordinária realizada no passado dia 29 de Junho, das seguintes propostas: **a)** – “Fornecimentos – Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância nas Instalações e Equipamentos do Município de Guimarães – Proposta para Abertura de Concurso Público n.º 6/09; **b)** – “Fornecimentos – Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares – Proposta para Abertura de Concurso Público n.º 7/09; **c)** – “Desafecção de uma parcela de terreno com a área de 122 m², situada na Rua dos Moleiros – Freguesia de Silvaes; **d)** – “Alteração de Trânsito – Freguesia de Sande S. Clemente; **e)** – “Alteração de Trânsito na Rua da Paz – Freguesia de Caldelas; **f)** – “Alteração de Trânsito – Freguesia de Sande Vila Nova”; **g)** – “Património – Doação de uma parcela de terreno com a

área de 7.128,50 m² – Caldelas – Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa”; **h)** – “Sistema Multifuncional de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Norte Central e Constituição da Sociedade Anónima Adjudicatária da Concessão do mesmo – Aprovação da Minuta de um Contrato de Entrega e Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos à Empresa Concessionária “RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.”; **IX** – Do Relatório relativo à participação da equipa BebUMlitro da Universidade do Minho na prova Eco-Maratona Shell que decorreu em Rockingham, Inglaterra, nos passados dias 30 de Junho e 1 de Julho. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2009. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por esta ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2009. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por esta ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

VOTO DE LOUVOR – NOMEAÇÃO DE D. MANUEL MONTEIRO DE CASTRO COMO SECRETÁRIO DA CONGREGAÇÃO DOS BISPOS – Presente a seguinte proposta: “Desde há nove anos embaixador do Vaticano em Madrid, o núncio vimaranense D. Manuel Monteiro de Castro, acaba de ser nomeado pelo



Papa Bento XVI novo Secretário da Congregação dos Bispos. Criada em 1860, a Congregação dos Bispos integra a Cúria Romana, dedicando-se a toda a gestão das dioceses e acompanhando a nomeação dos bispos e o exercício das suas actividades episcopais. Com uma longa experiência diplomática ao serviço da Santa Sé, que já o fez passar por países como Panamá, Guatemala, Vietname, Austrália, México, Bélgica, Trinidad e Tobago e África do Sul, e apesar da vontade manifesta em regressar à sua Santa Eufémia de Prazins natal, D. Manuel Monteiro de Castro aceitou o convite entretanto formulado pelo Papa Bento XVI, assumindo proximamente o honroso lugar para que foi nomeado. Deste modo, entende dever propor que a Câmara Municipal de Guimarães aprove um Voto de Louvor pela nomeação de D. Manuel Monteiro de Castro como Secretário da Congregação dos Bispos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB1 DA OLIVEIRA – OLIVEIRA DO CASTELO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação do Departamento de Obras Municipais: “Em relação ao procedimento em epígrafe, e com vista a ser adjudicada a obra à Empresa N.V.E – Engenharias, Lda. solicitou-se cabimento à Divisão Financeira para a totalidade do valor da adjudicação proposto pelo Júri do Procedimento em 11 de Maio de 2007, no valor de €889.206,55 + IVA à taxa de 5%. Foi emitida a proposta de cabimento n.º 4087 em 14 de Maio de 2009, bem como o movimento de estorno n.º 676. Devido a atrasos de ordem processual na tramitação do concurso não será possível executar a totalidade da obra este ano, uma vez que o seu prazo de execução é de 240 dias e ainda não foi, na presente data, celebrado o respectivo contrato de empreitada. Posto isto, e atento o Plano de Pagamentos da proposta do

adjudicatário N.V.E. – Engenharias, Lda. sugiro a seguinte repartição de encargos. **Ano de 2009** – €709.648,14 (setecentos e nove mil seiscentos e quarenta e oito euros e catorze cêntimos) + IVA = €745.130,55 (setecentos e quarenta e cinco mil cento e trinta euros e cinquenta e cinco cêntimos); **Ano de 2010** – €179.558,41 (cento e setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e oito euros e quarenta e um cêntimos) + IVA = €188.536,33 (cento e oitenta e oito mil quinhentos e trinta e seis euros e trinta e três cêntimos). A obra consta do Plano de Actividades para o ano de 2009, afecta à rubrica 01.02.70 e com uma dotação inscrita de €920.000,00 (novecentos e vinte mil euros). A dotação orçamental respeitante a esta empreitada estava inscrita apenas para o ano de 2009, contudo verificando-se que irão transitar para o próximo ano encargos no valor de €179.558,41 (cento e setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e oito euros e quarenta e um cêntimos) + IVA, deverá a Câmara deliberar no sentido deste assunto ser apreciado e votado na próxima Sessão da Assembleia Municipal”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REMODELAÇÃO DA PRAÇA E BENEFICIAÇÃO DO PAVIMENTO DA VARIANTE NAS CALDAS DAS TAIPAS – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte informação do Departamento de Obras Municipais: “Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 16 de Junho de 2009, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Remodelação da praça e beneficiação do pavimento da variante nas Caldas das Taipas”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de



contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de erros e omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 16 de Junho de 2009. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA EB 2,3 JOÃO DE MEIRA – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO

– Presente a seguinte informação do Departamento de Obras Municipais:

“1. Atenta a necessidade de executar a obra de: “Requalificação da Escola EB 2,3 João de Meira”, que constitui um eixo prioritário de investimento para o Município, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar que, nos termos do nº5 do artº1º do Decreto-Lei 34/2009 de 6 de Fevereiro, deve ser objecto de deliberação em reunião de Câmara Municipal. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €4.562.800,06 (quatro milhões quinhentos e sessenta e dois mil oitocentos euros e seis centimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 01.05.06. 3. Nos termos da alínea a) do n.º1 e do nº2 do art.º 1º do Decreto Lei 34/2009, de 6 de Fevereiro, propõe-se a adopção de um ajuste directo, sem publicação de anúncio no JOUE, ao abrigo do nº1 do art.º 5º do Decreto Lei 34/2009 de 6 de Fevereiro. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e Programa de Procedimento com: Fixação do preço base em €4.562.800,06 (quatro milhões quinhentos e sessenta e dois mil oitocentos

euros e seis cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço. **5.** Relativamente à tramitação procedimental, e de acordo com o despacho do Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança, datado de 20 de Julho de 2009, serão convidadas as seguintes entidades: Casais – Engenharia e Construção, S.A.; Combitur, Construções Imobiliárias e Turísticas, S.A. e Costeira Empreiteiros – Soc. De Construções, S.A.; **6.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais. **7.** Para aprovação de Erros e Omissões propõe-se que o Júri do Procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Caderno de Encargos e Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Ana Amélia Guimarães apresentou a seguinte **declaração de voto:** “A requalificação da Escola EB 2,3 João de Meira é um assunto para o qual já anteriormente chamamos a atenção, e que nos merece absoluta concordância. Não pondo, pois, em causa a necessidade de intervenção nesse espaço escolar, manifestamos, no entanto sérias reservas quanto à adopção, por ajuste



directo, da adjudicação da obra. Parece-nos que uma atempada planificação da obra permitiria em tempo útil recorrer, como defendemos, ao concurso público, que consideramos mais transparente e propiciador das melhores opções. Votamos contudo a favor da proposta, tendo em linha de conta a urgência da intervenção no referido espaço escolar, mas discordando de todo com o modelo de ajuste directo por este se nos afigurar pouco transparente e susceptível de permeabilidade a conveniências que não salvaguardam o interesse público”. -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE NESPEREIRA –
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO** – Presente a seguinte proposta: “A

Câmara Municipal de Guimarães, em reunião de 23 de Abril de 2009, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Nespereira a execução da obra designada por “Pavimentação e Drenagem de Aguas Pluviais nas Ruas Martim e Barreiro”, pelo valor de €17.567,67 (dezassete mil quinhentos e sessenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos). A Junta de Freguesia de Nespereira, através de ofício constante no processo, vem solicitar a esta Câmara uma alteração ao protocolo acima referido, uma vez que também pretendem executar a pavimentação da rua de Alvarinho. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário, a alteração ao protocolo celebrado em 23 de Abril de 2009, na sua clausula 1ª, delegando a Câmara na Junta de Freguesia de Nespereira a execução das obras de “Pavimentação e Drenagem de Aguas Pluviais nas Ruas Martim, Barreiro e Alvarinho”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SOUTO SANTA
MARIA – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO** – Presente a

seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal

de Guimarães, em reunião de 29 de Maio de 2008, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Souto Santa Maria a execução da obra de “Requalificação do Parque de Lazer”, pelo valor de €11.792,02. Entretanto, a Junta de Freguesia de Souto Santa Maria veio informar este Município que, em substituição daquela obra, pretendia que a verba atribuída fosse aplicada na Pavimentação da Rua D. Elvira Cruz Gonçalves, desde a Quinta do Barreiro até à Sede da Junta de Freguesia, uma vez que o saneamento já se encontra concluído e a rua precisa de ser pavimentada. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal revogue a deliberação de câmara de 29 de Maio de 2008 na parte respeitante à Junta de Freguesia de Souto Santa Maria, delegando na referida Junta a obra de “Pavimentação da Rua D. Elvira Cruz Gonçalves, desde a Quinta do Barreiro até à Sede da Junta de Freguesia”, com um prazo de execução até ao final do ano. Mais se propõe que a verba seja transferida para o ano de 2009. A referida importância será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE INFANTAS – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO – Presente a seguinte proposta apresentada pelo Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães em reunião de 23 de Abril de 2009, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Infantas a execução da obra designada por “Pavimentação da rua das Alminhas, rua de Camões e rua da Cerzeda” pelo valor de 19.681,44 €. A Junta de Freguesia de Infantas, através de ofício constante no processo, vem solicitar a esta Câmara uma alteração ao protocolo acima referido, uma vez que pretendem executar outras obras de maior interesse



para a freguesia, em substituição das que foram inicialmente protocoladas. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário, uma alteração ao protocolo celebrado em 23 de Abril de 2009, na sua clausula 1ª, delegando a Câmara na Junta de Freguesia de Infantas a execução das obras de “Pavimentação da 2ª. fase da Rua do Arieiro; Pavimentação da Travessa do Arieiro e Pavimentação da 2ª. fase da Rua das Murteiras”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães em reunião de 23 de Abril de 2009, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão a execução das obras de “Construção de Passeios; Conservação do Cemitério; Pavimentação da Rua do Giestal” pelo valor de €16.469,48. A Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão, através de ofício constante no processo, vem solicitar a esta Câmara uma alteração ao protocolo acima referido, uma vez que pretendem executar outras obras de maior interesse para a freguesia, em substituição das que foram inicialmente protocoladas. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário, uma alteração ao protocolo celebrado em 23 de Abril de 2009, na sua clausula 1ª, delegando a Câmara na Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão a execução das obras de “Requalificação dos Passeios junto da Igreja Paroquial e Remodelação da Rede de Iluminação Pública da Envolvente à Igreja Paroquial”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – ARRANJO URBANÍSTICO DO PARQUE DO CEMITÉRIO – REFORÇO DE VERBA –

Presente a seguinte

proposta: “A Junta de Freguesia de Souto S. Salvador afectou o valor dos protocolos de 2007 e 2008 para a obra de “Arranjo Urbanístico do Parque do Cemitério”. Foram atribuídos, por deliberações de Câmara de 14 de Junho de 2007 e 29 de Maio de 2008 as verbas, de respectivamente €13.447,33 (treze mil quatrocentos e quarenta e sete euros e trinta e três cêntimos) e €13.471,82 (treze mil quatrocentos e setenta e um euros e oitenta e dois cêntimos), o que perfaz o total de €26.919,15 (vinte e seis mil novecentos e dezanove euros e quinze cêntimos). Dado que o valor da obra já executada é de €54.810,01 (cinquenta e quatro mil oitocentos e dez euros e um cêntimo), conforme medição que se anexa, sendo superior à verba dos protocolos (€ 26.919,15) e dado tratar-se de uma obra fundamental para a requalificação do espaço e de interesse público, proponho a atribuição de uma verba complementar no valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros) à Junta de Freguesia de Souto S. Salvador”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – JUNTA DE FREGUESIA DA COSTA – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por deliberação de 27 de Janeiro de 2005 a Câmara Municipal deliberou delegar na Junta de Freguesia da Costa a execução de determinadas obras, entre as quais o Arranjo da Zona Envolvente à Fonte de Santa Marinha da Costa. Considerando que a Junta de Freguesia da Costa afectou parte do Protocolo ao arranjo urbanístico de um lugar com grande simbolismo histórico na freguesia, a “Fonte de Santa Marinha”, propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia da Costa, de uma verba no



valor de €16.618,35 (dezasseis mil seiscientos e dezoito euros e trinta e cinco cêntimos), destinada à execução de infraestruturas eléctricas na “Fonte de Santa Marinha”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SANDE S. LOURENÇO – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO – REFORÇO DE

VERBA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança:

“A Junta de Freguesia de Sande S. Lourenço efectuou a obra de “Ampliação do Cemitério”, a qual foi objecto de Protocolos de Delegação de Competências, celebrados em 29 de Maio de 2008 e 23 de Abril de 2009. O custo da obra, de acordo com o projecto apresentado, é de €77.022,96 o que ultrapassou o valor dos protocolos em €43.353,00. Atendendo à importância social desta obra, proponho a atribuição, à Junta de Freguesia de Sande S. Lourenço, de uma verba no valor de €43.353,00 (quarenta e três mil trezentos e cinquenta e três euros). A referida importância será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO – CAPELA MORTUÁRIA – REFORÇO DE VERBA –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por deliberação de 23 de Abril de 2009 a Câmara Municipal delegou na Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso a execução da obra de “Construção da Capela Mortuária”, pelo valor de €8.821,04. O custo da obra, de acordo com o projecto apresentado, é de €134.500,00, o que ultrapassou o valor

do protocolo estabelecido com a Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso no montante €125.678,96. De acordo com a informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, o valor dos trabalhos já executados e não pagos importa em €94.257,08, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso, de uma verba no valor de €94.257,08 (noventa e quatro mil duzentos e cinquenta e sete euros e oito cêntimos) A referida importância que será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE GONÇA – CAPELA MORTUÁRIA – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte proposta: “Por deliberações de Câmara de 29 de Maio de 2008 e de 23 de Abril de 2009, foi delegada na Junta de Freguesia de Gonça a execução da obra designada por “Construção da Capela Mortuária”. O custo total da obra é de €194.355,88, tendo ultrapassado o valor dos protocolos estabelecidos com a Junta de Freguesia, no montante de €158.461,82. Atendendo à importância Social desta obra, proponho a atribuição, à Junta de Freguesia de Gonça, de uma verba no valor de €158.461,82 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e sessenta e um euros e oitenta e dois cêntimos), correspondente à diferença entre o custo total da obra e as verbas já atribuídas pela Câmara Municipal. A referida importância que será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CALVOS – CASA MORTUÁRIA – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte



proposta: “A Junta de Freguesia de Calvos efectuou a obra de “Construção da Capela Mortuária”, a qual foi objecto de protocolo de delegação de competências celebrado em 23 de Abril de 2009. O custo da obra, de acordo com o projecto apresentado, é de €73.102,03 o que ultrapassou o valor do protocolo em €64.666,37. Atendendo à importância social desta obra, proponho a atribuição, à Junta de Freguesia de Calvos, de uma verba no valor de €64.666,00 (sessenta e quatro mil seiscientos e sessenta e seis euros). A referida importância que será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SELHO S. LOURENÇO – CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por deliberações de Câmara de 29 de Maio de 2008 e de 23 de Abril de 2009, foi delegada na Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço a execução da obra designada por “Construção da Capela Mortuária”. O custo total da obra é de €137.379,38, tendo ultrapassado o valor dos protocolos estabelecidos com a Junta de Freguesia, no montante de €115.085,10. Atendendo à importância Social desta obra, proponho a atribuição, à Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, de uma verba no valor de €115.085,10 (cento e quinze mil oitenta e cinco euros e dez cêntimos), correspondente à diferença entre o custo total da obra e as verbas já atribuídas pela Câmara Municipal. A referida importância será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica

08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----
JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CORVITE – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO E REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE DA IGREJA – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Corvite efectuou a obra de “Ampliação do Cemitério e Requalificação da Envolvente da Igreja”, a qual foi objecto de protocolo de delegação de competências celebrado em 23 de Abril de 2009. O custo da obra, de acordo com o projecto apresentado, é de €102.633,48, o que ultrapassou o valor do protocolo em €96.129,97. Atendendo à importância social desta obra, proponho a atribuição, à Junta de Freguesia de Corvite, de uma verba no valor de €96.129,97 (noventa e seis mil cento e vinte e nove euros e noventa e sete centimos). A referida importância que será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE MASCOTELOS – CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NA RUA DA LIBERDADE E EXECUÇÃO DO PISO NO RINGUE DESPORTIVO – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por deliberação de 23 de Abril de 2009 a Câmara Municipal delegou na Junta de Freguesia de Mascoteiros a execução da obra de “Construção de passeios na Rua da Liberdade e Execução do piso no Ringue Desportivo”, pelo valor de €7.833,55. O custo da obra, de acordo com a medição efectuada pelos Serviços do Departamento de Obras Municipais é no valor de €23.284,80, o que ultrapassou o valor do protocolo em €15.451,25. Por se tratar de uma obra definida pela



Câmara como prioritária, proponho a atribuição de uma verba, à Junta de Freguesia de Mascotelos, de uma verba no valor de €15.000,00 (quinze mil euros). A referida importância que será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE S. TORCATO – PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS E ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por deliberação de 23 de Abril de 2009 a Câmara Municipal delegou na Junta de Freguesia de S. Torcato a execução da obra de “Pavimentação de Diversas Ruas e Alargamento do Cemitério” pelo valor de €35.521,15. O custo da obra, de acordo com a medição efectuada pelos Serviços do DOM é no valor de €51.761,17, o que ultrapassou o valor do protocolo em €16.240,00. Por se tratar de uma obra definida pela Câmara como prioritária, proponho a atribuição de uma verba no valor de €16.240,00 (dezasseis mil duzentos e quarenta euros). A referida importância que será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE FIGUEIREDO – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Figueiredo efectuou a obra de “Ampliação do Cemitério”, a qual foi objecto de protocolo de delegação de competências celebrados

em 29 de Maio de 2008 e 23 de Abril de 2009. O custo da obra, de acordo com o projecto apresentado, é de €28.944,93 o que ultrapassou o valor dos protocolos em €17.526,00. Atendendo à importância social desta obra, proponho a atribuição à Junta de Freguesia de Figueiredo uma verba no valor de €17.526,00 (dezassete mil quinhentos e vinte e seis euros). A referida importância que será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE LEITÕES – CONSTRUÇÃO DA SEDE DE JUNTA DE FREGUESIA – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte proposta: “Em suas reuniões realizadas em 29 de Maio de 2008 e de 23 de Abril de 2009, a Câmara Municipal deliberou conceder à Junta de Freguesia de Leitões apoios destinados à execução da obra designada por “Construção da Sede de Junta de Freguesia”. O custo total da obra é de €262.900,00, tendo ultrapassado o valor dos Protocolos de atribuição de subsídios estabelecidos com a Junta de Freguesia, no montante de €69.313,51. Atendendo à importância Social desta obra, proponho a atribuição, à Junta de Freguesia de Leitões, de uma verba no valor de €69.000,00 (sessenta e nove mil euros). A referida importância que será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – VENDA DE TERRENOS DE DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – HASTA PÚBLICA – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Município é



dono e legítimo possuidor das seguintes parcelas de terreno: -----

Bem	Localização/ Freguesia	Área	Valor base de Licitação	Confrontações
Nº. 1	Lugar de Riba D'Ave ou Ribeirinha - Brito	785,00m ²	€ 127.220,00	Norte – terrenos de domínio público; Sul – caminho público; Nascente – Luciano Guimarães; Poente – caminho público
Nº 2	Ponte	530,00m ² – Lote nº. 12 do Alv. de Loteamento nº. 86/93	€ 28.580,00	Norte – arruamento do loteamento; Sul – José Ferreira Braga; Nascente – Lote 11; Poente – Lote 13
Nº 3	Ponte	480,00m ² - Lote nº. 13 do Alv. de Loteamento nº. 86/93	€ 28.580,00	Norte – arruamento do loteamento; Sul – José Ferreira Braga; Nascente - Lote 12; Poente – Lote 14

De acordo com os elementos constantes nos respectivos processos da Divisão de Património, e informações prestadas pelo Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, tais parcelas não estão afectas a qualquer fim ou actividade operacional camarária, nem se prevê, no futuro a construção de qualquer tipo de equipamento de utilidade municipal nos locais onde se situam os imóveis, pelo que não se justifica a sua manutenção no domínio privado da autarquia, não havendo assim qualquer inconveniente à respectiva venda. Por outro lado, é necessário alocar recursos financeiros a projectos de interesse municipal, nomeadamente equipamento e infra-estruturas para uso público. Deste modo, a venda dos prédios acima identificados, corresponde à realização do interesse público municipal, constituindo uma forma de otimizar a satisfação do interesse público colocado a cargo do Município, através do uso de competências legalmente atribuídas. Nos termos do artigo 64.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 169/99, compete à Câmara Municipal alienar os bens imóveis até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública. Ainda que no âmbito do exercício de competência própria do executivo municipal, acima mencionada, não o refira

expressamente, o facto é que tem sido entendimento da Procuradoria Geral da República que a alienação de imóveis do património municipal deverá ser efectuada preferencialmente na modalidade de hasta pública. A venda em hasta pública deverá ser realizada de forma a respeitar os princípios que norteiam a actividade administrativa, dando cumprimento aos princípios da legalidade, concorrência, transparência, publicidade, igualdade e imparcialidade, preservando-se a harmonia e a coerência do sistema. Mais se informa, que o valor base de licitação indicado no quadro acima exposto, foi determinado com base na Simulação do Valor Patrimonial Tributário, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), instrumento disponível no sítio da Internet das Finanças, para o prédio nº. 1 e pelo valor determinado por perito da lista oficial, para os prédios números 2 e 3, acrescido do custo administrativo do respectivo processo. Assim, submete-se a aprovação da Câmara Municipal, a venda em Hasta Pública, das supracitadas parcelas de terreno, conforme Regulamento que se anexa (**Doc.1**), devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de estilo do Município e das freguesias onde se localizam as parcelas de terrenos, e ainda no sítio da Internet, de acesso público, do Município”. O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra a Vereadora Ana Amélia Guimarães. -----

PATRIMÓNIO – PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO OBJECTO E CONDICIONANTES RELATIVAS À DOAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 3.040 M2 AO CENTRO SOCIAL DE BRITO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Centro Social de Brito vem solicitar com carácter de urgência o alargamento do objecto



de doação do Direito de Superfície de um terreno situado no Lugar da Ribeira, daquela freguesia, por forma a que seja abrangida a valência de Jardim Infância e Apoio Domiciliário, bem como outras valências de apoio social. Mais solicita a alteração da escritura de doação outorgada em 22 de Junho de 1999 na parte em que determina o direito de reversão a favor do Município, por forma a que deixe de constar tal elemento da mesma, uma vez que a clausula de reversão é impeditiva da concretização da candidatura, para obtenção de financiamento da obra a levar a cabo no prédio, a qual termina no próximo dia 7 de Julho de 2009. Deste modo, em caso de aceitação do acima exposto e na sequência das deliberações de 21 de Janeiro de 1999 e 23 de Outubro de 2008, que autorizaram a doação do Direito de Superfície do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 1082/Brito e alargaram o objecto dessa mesma doação, para permitir a instalação do Centro de Dia e Lar de Idosos, respectivamente, deverá ser tomada deliberação na próxima reunião, que autorize a ampliação do objecto para as valências de Jardim de Infância e Apoio Domiciliário e outras de carácter de Apoio Social e, cumulativamente, permitir a retirada da clausula de reversão da escritura, rectificando-se a mesma, nestes termos. À consideração superior”.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA A OBRA DE EXECUÇÃO DA NOVA FEIRA SEMANAL E ARRUAMENTO DE LIGAÇÃO ENTRE O MERCADO MUNICIPAL E A CENTRAL DE CAMIONAGEM – PARCELA Nº

2 – “Em reunião realizada em 19 de Fevereiro de 2009, a Câmara Municipal deliberou requerer ao membro do Governo competente a Declaração de Utilidade Pública, para efeitos de expropriação das parcelas de terreno 2 e 6, bem como do direito ao arrendamento do rendeiro da parcela 5 e do

inquilino comercial da parcela 6. Notificada daquela deliberação, a Sr.^a D. Maria de Lurdes Mendes Ribeiro, proprietária da parcela 2, com a área de 1.619,00 m², veio manifestar a sua disponibilidade para negociar amigavelmente a venda do referido terreno. Para o efeito, o Município propôs o valor de €131.886,45, com base na avaliação efectuada por perito da lista oficial. No entanto, a proprietária apresentou uma contraproposta em que refere aceitar aquele valor para pagamento do terreno, acrescido do montante de €2.750,00 a título de indemnização pelas benfeitorias existentes no local. Consultado o perito sobre a razoabilidade da contraproposta, este referiu não haver lugar a indemnização pelas benfeitorias uma vez que o critério de avaliação utilizado classifica o terreno como apto para construção. Atendendo a que o valor contraproposto pela proprietária (€134.636,45), sem prejuízo de, como diz o perito da lista oficial, não dever ser considerado o valor das benfeitorias, considerando a pequena divergência do valor peticionado pela interessada em relação ao valor da indemnização proposto (€ 131.886,45), e as elevadas despesas de um eventual processo judicial, que, seguramente, em muito ultrapassarão essa diferença, proponho que a Câmara delibere: 1 - Aceitar o valor de €134.636,45 pela aquisição da parcela de terreno nº 2, com a área de 1.691,00 m², a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o número 251/S. Sebastião e do inscrito na respectiva matriz rústica sob os artigo 3, 6 e 8, a confrontar do norte com Travessa de Trás de Gaia, do sul com Maria Luísa R. C. Meneres Tavares e Távora, do nascente com caminho público e Maria Eduarda Feliciano Caldas Tavares e do poente com arruamento público, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações e ao abrigo do disposto na alínea f), nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2 - Revogar a deliberação de 19 de



Fevereiro de 2009, na parte que respeita à identificada parcela, uma vez que não foi ainda declarada a utilidade pública, para efeitos da respectiva expropriação”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos, Vítor Ferreira e Ana Amélia Guimarães. Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram contra o ponto 25 da agenda desta reunião, na medida em que a feira semanal é uma proposta que apenas pretende remediar um erro estratégico que consistiu a deslocalização do mercado, conforme o PSD sempre apontou. Pretende-se com a nova proposta de localização da feira tentar salvar economicamente o investimento feito no novo mercado municipal. Pretende-se, ao menos uma vez por semana, aumentar o número de clientes do mercado, acrescentando-lhe os actuais clientes da feira semanal. Entendemos que deitar dinheiro em cima de um problema normalmente não o resolve. O estudo prévio prevê um espaço para a feira com cerca de 200 lugares para os feirantes, os mesmos lugares que, caso a fiscalização funcione, se podem localizar em espaços urbanos já existentes, sem requerer novos recursos financeiros. Somos a favor, neste caso, de uma fiscalização actuante e de uma regulamentação que permita a existência de uma feira semanal devidamente organizada e de imagem renovada. Somos contra qualquer investimento de raiz por desnecessário. Um erro estratégico, aliás não assumido, não pode justificar segundo erro”. -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO NECESSÁRIO À CONSTRUÇÃO DO NOVO CENTRO ESCOLAR DE PONTE – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães encetou contactos com o proprietário do terreno situado na zona definida pelo

projecto de execução do Novo Centro Escolar de Ponte, no sentido de adquirir amigavelmente a parcela de terreno necessária à prossecução daquele fim. O proprietário da referida parcela, aceitou, numa segunda contraproposta, o valor de €608.020,00, pela venda amigável de parte do seu prédio, com a área aproximada de 17.372m². O perito da lista oficial, considerou, aquando da análise da contraproposta, que o valor admissível para esta parcela poderia atingir o montante de €694.880,00, embora considerasse mais justo o preço de €608.020,00, tendo assim enquadramento no âmbito da negociação amigável. De acordo com os elementos que nos foram fornecidos pelo interessado, a parcela necessária ao Novo Centro Escolar será desanexada do prédio descrito na 1.^a Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 03.376/Ponte e do inscrito na respectiva matriz rústica sob o artigo 155º, a confrontar do Norte com Joaquim Pereira, do Sul, Nascente e Poente com terreno sobrante. Nestes termos, deverá ser superiormente decidido propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea a), n.º 6, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a aquisição da parcela acima identificada, ao Sr. Domingos José Cardoso de Macedo e Menezes, pelo preço total de €608.020,00 (seiscentos e oito mil e vinte euros), ao abrigo do disposto no artigo 11º do Código das Expropriações. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.01.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE PRAZINS SANTO TIRSO –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A



Câmara Municipal de Guimarães notificou os proprietários da parcela de terreno que foi ocupada para ampliação do Cemitério no sentido de tentar, por via da aquisição amigável, o pagamento da respectiva indemnização. Da proposta camarária constava um valor de 7,00€/m², para a parcela com 755,00m², valor este que tinha por base o relatório de perito da lista oficial. Em resposta à proposta camarária os actuais proprietários, representados pela Sr^a D. Maria Cristina Machado Pereira Silvério e Freitas, vieram apresentar uma contraproposta no valor de 10,00€/m², pelo que foi consultado o perito que elaborou o relatório inicial para se pronunciar sobre a razoabilidade daquele novo valor. O perito pronunciou-se favoravelmente relativamente ao valor indemnizatório de 10,00€/m². Nestes termos foi comunicado a todos os proprietários que a sua contraproposta poderia ser aceite, pelo que deveriam fornecer os elementos prediais e matriciais relativos ao prédio de onde seria desanexada a parcela. Na presente data foram entregues os documentos solicitados, pelo que pode ser submetido a deliberação de Câmara a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 755,00m², situada no Lugar da Safra, freguesia de Prazins St^o. Tirso, a desanexar do prédio descrito na 1^a. Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º. 719/Prazins St^o. Tirso e inscrito na respectiva matriz rústica sob o artigo 165º, a confrontar do Norte, Nascente e Poente com terreno sobrance e do Sul com Cemitério, pelo preço de €7.550,00 (sete mil quinhentos e cinquenta euros), nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA
AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB1 DE VERMIL – PARCELA “2” –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A

Câmara Municipal de Guimarães contactou o Sr. António Martins Fernandes Salazar, residente no lugar do Jogo, da Freguesia de Vermil, deste concelho, no sentido de saber da sua disponibilidade e da dos restantes comproprietários para venderem a parcela de terreno n.º 2, com a área de 1.086,00 m², necessária à ampliação da EB1 de Vermil. A proposta de aquisição inicial, apresentada pelo Município, referiu um valor indemnizatório de €9.961,25 para uma área de 1.159,00 m². Todavia o Sr. António M. Fernandes Salazar, referiu que o valor mínimo a aceitar seria na ordem dos €12.500,00. Posteriormente, a área foi corrigida para 1.086,00 m², pelo que foi solicitado ao perito da lista oficial que se pronunciasse sobre a razoabilidade do valor peticionado, tendo em conta esta área. O perito considerou aceitável a contraproposta apresentada pelo referido comproprietário. No entanto, a Sr^a. D. Olinda Salazar, também comproprietária da mencionada parcela de terreno, veio ulteriormente solicitar o pagamento das despesas de regularização do registo predial, porquanto este não se encontrava em situação de permitir a alienação amigável. Para tal solicitou o pagamento de €2.000,00. Sobre este novo pedido foram os proprietários informados de que o Município aceitava pagar as despesas que fossem demonstradas, até ao montante máximo de €2.000,00, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 6 de Maio de 2009. Assim, aquele comproprietário apresentou documentos comprovativos das despesas efectuadas com o referido registo predial no montante de €1.992,57. A parcela a adquirir, será desanexada do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º. 631/Vermil e do prédio ainda omissa à respectiva matriz rústica mas participado ao 1º Serviço de Finanças de Guimarães em 2 de Junho do corrente ano, a confrontar do Norte com cemitério, Sul com terrenos do Município, do Nascente com caminho de servidão e Fábrica da Igreja



Paroquial de Vermil e do Poente com terreno sobranter. Em caso de aceitação superior, deverá ser deliberado adquirir ao Sr. António Martins Fernandes Salazar e outros, a identificada parcela de terreno, pelo valor de €12.500,00, destinada à ampliação da escola EB1 de Vermil, nos termos do artº. 11º do Código das Expropriações, bem como pagar a quantia €1.992,57 (mil novecentos e noventa e dois euros e cinquenta e sete cêntimos), respeitante à regularização do registo predial, conforme documentos de despesa apresentados. À consideração superior.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE PARTE DA QUINTA DO
COSTEADO – PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO AO**

ARRENDATÁRIO – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães negociou a aquisição da denominada “Quinta do Costeado” com a família Ferrão. Todavia o arrendatário rural da referida Quinta, mediante interpretação diversa da preconizada pelo Município, intentou uma acção de preferência sobre esta compra, tendo esta situação chegado, através de diversos recursos, até ao Supremo Tribunal de Justiça. Entretanto, o Município tentou resolver o problema através de um processo expropriativo do direito ao arrendamento, mas também esta situação foi objecto de impugnação judicial, o que levou que, até à presente data, não tenha sido possível tomar posse dos terrenos que deveriam permitir a construção da ligação viária entre os diversos parques de estacionamento que rodeiam o Pavilhão Multiusos. O arrendatário, Sr. Ricardo Manuel Fernandes Pereira, manifestou, agora, interesse em desocupar o terreno desde que lhe seja paga uma indemnização no valor de €16.250,00, correspondente ao preço da relva plantada no local, autorizada a colheita dos frutos pendentes logo que atinjam adequada maturação, para o que solicita que a Câmara lhe permita o acesso ao terreno, bem como a

retirar quaisquer bens que ali se encontrem e sejam propriedade dos antigos arrendatários. Em Abril do corrente ano foi analisada uma outra proposta do arrendatário no valor de €17.500,00, como indemnização e pagamento da relva cultivada naquele terreno. O pedido foi objecto de análise pelos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente que concluíram que seria uma indemnização justa o pagamento de um valor de €16.500,00 pelo tapete de relva, não devendo haver lugar ao pagamento de qualquer indemnização pelos frutos pendentes. É do interesse da Câmara Municipal concluir este processo porque, sendo já proprietária dos terrenos, pretende concluir o estudo urbanístico que foi projectado para aquele local, nomeadamente a construção da ligação viária entre os diversos parques de estacionamento que rodeiam o Pavilhão Multiusos. Deste modo, proponho que a Câmara Municipal aprove o pagamento da quantia de €16.250,00 (dezassex mil duzentos e cinquenta euros) ao Sr. Ricardo Manuel Fernandes Pereira, arrendatário de parte da Quinta do Costeado, a título de indemnização relativa ao valor da relva que se encontra plantada no terreno a desocupar, bem como a autorizar que este proceda à colheita dos frutos pendentes neste ano”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.03.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO – ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DE SELHO S. JORE – GUIMARÃES Nº 15 (BOAVISTA) – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém, através de carta datada de 21 de Maio de 2009, vem solicitar a cedência do edifício escolar de Selho S. Jorge - Guimarães N.º 15 (Boavista), entretanto desactivado, para instalação e funcionamento da sua sede. Aquele Grupo tem como objectivo utilizar aquele espaço para ensaios, reuniões e criação



de um museu etnográfico dado que tem um valioso espólio para o efeito. Em Março de 2006 a Direcção da CERCIGUI solicitou a esta Autarquia a cedência de um estabelecimento de ensino devoluto para o funcionamento de um Centro de Actividades Ocupacionais destinado a jovens portadores de deficiência maiores de 18 anos, tendo o Município transmitido àquela instituição que poderia ser cedido o mencionado edifício escolar, mediante a celebração de um protocolo a acordar entre ambas as partes. Porém, de acordo com informação prestada pelos Serviços de Educação desta Câmara Municipal, a implantação do Centro de Actividades Ocupacionais está dependente da candidatura a apoios financeiros, não tendo a CERCIGUI prestado qualquer esclarecimento adicional de modo a formalizar o protocolo. Entretanto, em 12 de Junho último, foi oficiado à referida instituição no sentido de informar, por escrito, da intenção, ou não, de ocupar o citado prédio, não tendo, até ao momento, sido recebida nesta Câmara Municipal qualquer resposta. Todavia, e de acordo com a mencionada informação dos Serviços de Educação, existem outros dois edifícios que poderão responder às necessidades da CERCIGUI, caso no imediato aquela entidade não tenha condições para avançar com o projecto de candidatura, pelo que poderá ser viabilizada a pretensão do Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém. Deste modo, e em caso de aceitação superior, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 4 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a cedência da utilização do antigo edifício escolar de Selho S. Jorge - Guimarães N.º 15 (Boavista), ao Grupo Regional, Folclórico e Agrícola de Pevidém, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior”. A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por

reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**PROTOCOLOS – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O
MINISTÉRIO DA CULTURA/DIRECÇÃO GERAL DAS ARTES,
O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A COOPERATIVA A**

OFICINA – Presente a seguinte proposta: “Com o objectivo de apoiar o desenvolvimento, a promoção e a difusão de actividades culturais no âmbito das artes contemporâneas, com o enquadramento e horizonte de Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012, proponho a aprovação da minuta do protocolo anexa, a celebrar entre o Ministério da Cultura/Direcção Geral das Artes, o Município de Guimarães e a Cooperativa A Oficina, estabelecendo as condições para a prestação de um apoio financeiro por parte do Ministério da Cultura/Direcção Geral das Artes de €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) em 2009 e 2010”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

**PROTOCOLOS – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA –
APOIO AO FUNCIONAMENTO NA ÉPOCA DE VERÃO –**

Presente a seguinte proposta: “O Paço dos Duques de Bragança tem assumido um papel fundamental enquanto centro de atracção de turistas nacionais e estrangeiros, proporcionando aos seus visitantes a possibilidade de fruir do património cultural e histórico do Monumento, marco indissociável da memória colectiva do nosso país, e contribuindo para a valorização, dinamização e promoção da oferta turística e cultural de Guimarães. Considerando o aumento considerável de visitantes nos meses de Verão e em resultado da gestão de recursos de que depende, o Paço dos Duques de Bragança manifestou, em devido tempo, que para conseguir



manter a mesma qualidade no serviço que oferece, designadamente no que respeita à abertura em horário de almoço, permitindo o funcionamento de forma ininterrupta das 10H00 às 18H00 e acesso às salas de exposição temporária “PAÇO DOS DUQUES 50 ANOS RESIDÊNCIA DE PRESIDENTES” e “TAPEÇARIAS DE PORTALEGRE”, necessitaria do apoio da Câmara Municipal de Guimarães no que toca à disponibilização de pessoal para assegurar as tarefas de vigilância e acompanhamento dos públicos que visitem o Paço dos Duques de Bragança. Reconhecendo o inquestionável interesse público da actividade do Paço dos Duques de Bragança, a Câmara Municipal pretende formalizar candidatura junto do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) com vista à contratação de dois trabalhadores no âmbito da medida de apoio ao emprego “Contrato emprego-inserção”, regulamentada pela Portaria nº 128/2009, de 30 de Janeiro. A aprovação da referida candidatura pelo IEFPP implica a assumpção, por parte do Município, de um custo total estimado em €1.036,50, importando também aprovar um protocolo de parceria entre o Município e o IMC – Paço dos Duques de Bragança, estabelecendo os termos em que aqueles dois trabalhadores são colocados no Paço dos Duques de Bragança, para os efeitos já referidos. Deste modo, proponho a aprovação da apresentação da candidatura referida e da minuta de protocolo anexa ao abrigo do disposto na alínea h) do nº 2 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – MUSEU ALBERTO SAMPAIO – ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE REMODELAÇÃO DO MUSEU DE ALBERTO SAMPAIO – Presente a seguinte informação do Director do

Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “O Museu de Alberto Sampaio pretende realizar obras de remodelação do edifício sede do museu, de forma a adaptar o edifício e melhorar a sua acessibilidade, proporcionando às pessoas com mobilidade condicionada condições iguais às das restantes pessoas, antes do ano de 2012. Sendo o edifício deste Museu classificado Monumento Nacional e inserido na área classificada como Património Cultural da Humanidade, esta intervenção deverá ser realizada de acordo com orientações técnicas e sensibilidade especial, pelo que o Museu de Alberto Sampaio solicitou a esta Câmara Municipal o apoio de um técnico do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico. Nos termos da alínea h) do nº 2 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal tem competência para colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da Administração Central. Sendo a intervenção a realizar no Museu de Alberto Sampaio, uma obra da competência do Ministério da Cultura, mas com relevante interesse municipal, propõe-se a designação do Sr. Arqº Filipe José Vilas Boas, na qualidade de autor do projecto da nova extensão do Museu de Alberto Sampaio, para a elaboração do Projecto de Arquitectura e acompanhamento da respectiva obra. À consideração superior.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACORDO PARA A MOBILIDADE ELÉCTRICA – Presente, para ratificação, o Acordo para a Mobilidade Eléctrica celebrado entre o Ministério da Economia e Inovação, o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e o Município de Guimarães, tendo como objectivo estabelecer os compromissos que os outorgantes assumem com o objectivo de permitir a introdução e a utilização de veículos eléctricos no Município de Guimarães, que integra a



“Rede Piloto da Mobilidade Eléctrica”, tendo em vista a promoção da mobilidade eléctrica e a melhoria do ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos do respectivo Município. O referido Acordo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – CORRECÇÃO MATERIAL –

Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “1. Enquadramento – A presente informação refere-se à abertura do procedimento para a correcção material do Plano Director Municipal de Guimarães, publicado em 13 de Outubro de 1994, de acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território - RJIGT - Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro. A título introdutório, deve-se referir que a necessidade de correcção deste instrumento de gestão territorial decorre da constatação por parte da Câmara Municipal de Guimarães da impossibilidade de aplicação do artigo 56.º do regulamento do PDM, relativo à margem de acerto e correcção nos limites das zonas de construção, conforme parecer da CCDR-N – Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional Norte. Com efeito, um parecer recente da CCDR-N considera que as alterações recentes ao RJIGT permitem agora que procedimentos de acerto e correcção nos limites de zonas de construção, por questões de cadastro – ou seja, a inclusão da totalidade de uma parcela abrangida por duas categorias distintas de uso do solo em apenas uma das categorias – sejam feitas utilizando os procedimentos de correcção material aí previstos, e não por aplicação de disposições do próprio regulamento do PDM. Esta situação colocou-se a propósito de uma situação concreta, em que a parcela em questão – assinalada na planta anexa – tem uma parte do terreno

abrangida pela categoria de “zona de construção de transição – tipo III” e outra parte é abrangida pela categoria “zona de parque”. Ora, face à não possibilidade de aplicação do artigo 56.º do regulamento do PDM, a resolução desta situação passa pelo procedimento de correcção material do PDM de Guimarães, de forma a que a totalidade do terreno passe a ser abrangido pela categoria de “zona de construção de transição – tipo III”, acertando os limites das duas categorias no local, em função do cadastro do terreno. A correcção material pretendida corresponde simplesmente à reformulação da planta de ordenamento – único elemento do plano que é necessário corrigir – redefinindo na planta o limite das duas categorias, de forma a que este passe a coincidir com os limites da parcela em causa. Assim e conforme previsto no n.º 2 do artigo 97.º-A do Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, na sua actual redacção, esta correcção material da planta de ordenamento deve ser efectuada pela Câmara Municipal de Guimarães.

2. Justificação legal para a correcção - A correcção material do Plano Director Municipal de Guimarães pretendida está sujeita ao regime procedimental próprio previsto no artigo 97.º-A, uma vez que se trata de um acerto de cartografia determinado por incorrecção de cadastro, tal como está previsto na alínea a) do n.º 1 do referido artigo. Esta correcção traduz-se num simples corrigir da Planta de Ordenamento, ajustando os limites das categorias “zona de construção de transição – tipo III” e “zona de parque” na área em questão, de modo a que estes coincidam com os limites cadastrais da parcela de terreno referida anteriormente, de forma a que a totalidade desta tenha o mesmo tipo de uso do solo, sem ser necessário quaisquer outras alterações dos elementos constituintes do Plano, bem como dos restantes elementos que o acompanham. Genericamente esta correcção implica o seguinte: - A apresentação de uma nova planta de ordenamento com o ajustamento do limite das duas



categorias, de forma a fazê-lo coincidir com o limite cadastral da parcela em questão e referida anteriormente, corrigindo assim a actual planta de ordenamento do PDM. 3. Procedimento de correcção do Plano - O Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, na sua actual redacção, estabelece que a correcção material do PDM segue os seguintes procedimentos para a sua elaboração, aprovação, publicação e registo, aplicando-se as disposições indicadas nos n.º 2 e 3 do artigo 97.º - A. 3.1. Declaração de Correcção - A correcção referida anteriormente, com a correcção dos elementos da planta de ordenamento na parte afectada, pode ser efectuada a todo o tempo através de deliberação do executivo municipal que aprove a mesma e da respectiva declaração de correcção. Nos termos do n.º 9 do art.º 77 do RJIGT entende-se que deverá ser obrigatoriamente pública a reunião da Câmara Municipal que respeitar à decisão de aprovação da correcção do Plano em causa. 3.2. Comunicação Prévia - O procedimento de comunicação prévia corresponde ao envio à assembleia municipal e à CCDDR-Norte da *declaração de correcção material do plano*, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 97.º-A, antes do envio desta para publicação e depósito. 3.3. Conclusão da correcção - A correcção material do plano considera-se concluída com a publicação da respectiva declaração em Diário da República. 3.4. Publicação e depósito - A eficácia dos instrumentos de gestão territorial depende da respectiva publicação no Diário da República (na 2.ª série) da deliberação do executivo municipal que aprova a declaração de correcção do plano, incluindo a planta de ordenamento. Defende-se, por analogia, que a correcção material do Plano Director Municipal de Guimarães deve ser objecto de publicitação no boletim municipal, bem como em dois jornais de expansão regional ou local, num semanário de grande expansão nacional, e na página da Internet da Câmara Municipal de Guimarães. A Direcção-Geral do Ordenamento do Território e

Desenvolvimento Urbano procede ao depósito da correcção do Plano, para consulta de todos os interessados. Igualmente a Câmara Municipal deve assegurar a possibilidade de consulta pelos interessados do Plano, devendo ser possível efectuá-lo em suporte informático adequado e através do sistema nacional de informação territorial. Para efeitos de depósito, a Câmara Municipal deve remeter à Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, no prazo de 15 dias após publicação no Diário da República da declaração de correcção do plano, uma colecção completa das respectivas peças escritas e gráficas. 3.5. Disponibilização da informação na Internet e actualização do conteúdo da informação. O PDM deve estar acessível, a todos os cidadãos, na Internet. O município deve actualizar o conteúdo do plano no prazo máximo de um mês após a entrada em vigor de qualquer correcção do mesmo. Deste modo, submete-se à consideração do Sr. Presidente, a merecer concordância a presente proposta, que seja submetida à Câmara Municipal, para deliberação, a correcção material, nos aludidos termos e emissão da respectiva Declaração”. As plantas acima mencionadas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra a Vereadora Ana Amélia Guimarães que apresentou a seguinte **declaração de voto**: “Este ponto, que agora votamos, remete-nos para algo que tem marcado esta câmara: a errância no que diz respeito ao planeamento concelhio. O PDM vem sendo, pela câmara, de forma recorrente, **“visitado” e ajustado conforme as circunstâncias**: hoje trata-se de votar “simplesmente” a passagem de um área de **zona de parque** para **zona de transição – tipo III**. Este não nos parece um bom rumo para um desenvolvimento sustentado do concelho, por isso consideramos a necessidade, urgente, de se proceder à revisão do PDM. Pelas razões expostas votamos contra”. -----



REGULAMENTOS – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS – TRANSPORTES EM TÁXI, MODALIDADES TARIFÁRIAS, CONTINGENTES E LOCAIS DE ESTACIONAMENTO – Presente a seguinte informação

dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Câmara Municipal, por deliberação de 3 de Abril de 2003, sancionada pela Assembleia Municipal em sessão de 9 de Maio do mesmo ano, aprovou o Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi. Posteriormente, por deliberação de 21 de Outubro de 2004, a Câmara deliberou por unanimidade: 1 - estabelecer a data de 31 de Dezembro de 2004, para a instalação de taxímetro, distintivo luminoso e distintivo identificador da licença nos táxis do concelho de Guimarães; 2 - adoptar a tarifa urbana no regime de estacionamento condicionado e tarifa ao quilómetro nas freguesias onde os táxis têm local de estacionamento fixo; 3 - definir os contingentes existentes no concelho de Guimarães, na qual se mantinham os contingentes anteriores, com excepção de 11 freguesias actualmente sem dotação, para as quais é previsto um lugar. Estes procedimentos, apesar de terem sido precedidos da audição das Associações representativas do sector, foram contestados quanto aos limites adoptados no regime condicionado, perímetro da tarifa urbana e contingentes, pelos titulares das licenças das freguesias atravessadas pela delimitação estabelecida pela circular urbana e pelo traçado da linha de caminho de ferro, existente e desactivada, a saber: Creixomil, Azurém, Urgezes, Mesão Frio, Costa e Fermentões. Não sendo uma situação nova, a deliberação da Câmara Municipal que criou a Postura Municipal para Regular as Praças Livres Condicionadas dos Veículos Ligeiros de Aluguer de Passageiros, data

de 4 de Dezembro de 1991 e da Assembleia Municipal, em sua sessão de 19 do mesmo mês e ano, período em que os táxis eram tutelados pela Direcção Geral de Transportes Terrestres, era para nós evidente que a eventual integração total daquelas freguesias, proporcionaria uma clara distorção na aplicação da tarifa urbana *vs* tarifa ao quilómetro. Por outro lado, o perímetro urbano, definido em PDM, abrangia uma mancha que integra outras freguesias para além das atrás mencionadas, não fazendo coincidir a mesma com os limites das freguesias. Acrescia ainda que a delimitação adoptada seria fisicamente perceptível no terreno, facilitando a sinalização dos locais de mudança de tarifa no transporte em táxi, de acordo com o Despacho n.º 8236/2004 (2.ª série). Segundo o art. 16º do DL 251/98, de 11 de Agosto, as Câmaras Municipais fixam, por regulamento, um ou vários dos regimes de estacionamento ali previstos. Neste artigo não se faz referência ao limite espacial dos regimes, nem obriga as autarquias a estabelecer regimes de estacionamento para a totalidade da freguesia. A única situação em que ali se refere às freguesias é na fixação dos contingentes no n.º 2 do art. 13º daquele diploma legal. Neste artigo prevê-se que os contingentes sejam estabelecidos por freguesia, entendendo-se aqui a freguesia na totalidade da sua área territorial. Ao invés, o art. 16º não faz tal referência, deixando às autarquias liberdade para regulamentar a fixação dos regimes de estacionamento de acordo com a realidade de cada município. Contudo, o referido D.L. n.º 251/98, de 11 de Agosto, e legislação complementar, deu origem a diversas interpretações nesta matéria, tendo o Tribunal Central Administrativo do Norte, julgado conceder parcial provimento ao recurso apresentado, designadamente na fixação dos contingentes das freguesias em causa, Creixomil, Azurém, Urgezes, Mesão Frio, Costa e Fermentões, deliberado em reunião de Câmara de 21 de Outubro de 2004. Para cumprimento desta decisão, que já



transitou em julgado, é agora necessário reformular aquela deliberação de Câmara, na parte da fixação dos contingentes, integrando apenas as freguesias sede do Concelho, a totalidade das freguesias de Creixomil, Azurém, Urgezes, Mesão Frio, Costa e Fermentões, ou ainda de alargar o número de freguesias abrangidas. Esta alteração tem ainda implicações com o âmbito da aplicação da tarifa urbana. Consultado o Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, a Associação Nacional dos Transportes em Automóveis Ligeiros, a Associação Taxistas Unidos de Guimarães, a Federação Portuguesa do Táxi e o Sindicato Nacional dos Motoristas de Táxis e Automóveis de Aluguer Ligeiros de Passageiros, e considerando o crescimento da cidade para as freguesias limítrofes e a instalação de novos equipamentos, designadamente, o Multiusos e o Tribunal das Varas Mistas em Creixomil, o novo Hospital e piscinas municipais em Candoso (Santiago) e as novas áreas comerciais em Silvares, propõe-se: **A – No Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi. I.** A alteração das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 8.º, adoptando a seguinte redacção: **Artigo 8º – Regimes e Locais de Estacionamento –** 1 - Na área do Município de Guimarães fixam-se os seguintes regimes de estacionamento: a) Condicionado – Os táxis obedecem ao regime de estacionamento condicionado nas freguesias de: Guimarães (Oliveira do Castelo), Guimarães (São Paio), Guimarães (São Sebastião), Azurém, Candoso (Santiago), Costa, Creixomil, Fermentões, Mesão Frio, Silvares e Urgezes. Os táxis podem estacionar em qualquer dos locais reservados para o efeito, até ao limite de lotação a indicar aquando da fixação dos contingentes previstos no art.º 10 do presente Regulamento. b) Fixo – Nas restantes freguesias do Concelho, os táxis são obrigados a estacionar nos locais determinados e constantes das respectivas licenças, de acordo com as

freguesias e locais a indicar aquando da fixação dos contingentes previstos no art.º 10 do presente Regulamento. **II.** Introdução do n.º 5 no artigo 8.º, com a seguinte redacção: 5. A tomada de passageiros nos locais com lotação superior a um táxi, processar-se-á pela ordem de chegada, excepto quando a(s) primeira(s) viatura(s) tem lotação superior a 4 passageiros. **III.** A eliminação do n.º 2 do artigo 9.º do mesmo Regulamento. **IV.** A alteração do n.º 3 do artigo 39.º, desdobrando-o nos números 3 e 5, e renumerando o actual n.º 5, de acordo com a seguinte redacção: **Artigo 39º – Contra-ordenações** (...) 3. A tomada de passageiros fora da ordem de chegada constitui contra – ordenação punível com coima de €100,00 a €150,00. Esta contra-ordenação não se aplica quando a(s) primeira(s) viatura(s) tem lotação superior a 4 passageiros. 5. Constitui ainda contra – ordenação a fixação de mensagens de publicidade sem licenciamento prévio, punível com coima de €100,00 a €150,00. 6. A tentativa e a negligência são puníveis. **B – Na deliberação da Câmara Municipal de 21 de Outubro de 2004:** Revogar o ponto 3 da referida deliberação, definindo os novos contingentes no concelho de Guimarães, de acordo com o Anexo I. Neste, foram ainda alteradas as licenças e as vagas dos contingentes das freguesias de Arosa, Leitões e Selho (S. Lourenço), decorrente de concursos públicos entretanto realizados. À consideração superior”. O documento anexo á informação dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, APÓS REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO PÚBLICO.** -----

DOAÇÃO – OBRAS DE JOSÉ DE GUIMARÃES – ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Foi verificado recentemente que, certamente por lapso, a Câmara Municipal de Guimarães



não chegou a formalizar a aceitação da doação proposta pelo artista José de Guimarães em 1992, que viria a dar origem à Sala Museu José de Guimarães, desde aquele ano existente no Paço dos Duques de Bragança. Deste modo, e ao abrigo do disposto na alínea h) do nº 1 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro cumpre-me propor a aceitação da referida doação, formada pelas obras discriminadas em anexo, às quais o autor atribui um valor total de €1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil euros)”. A relação de obras doadas ao Município de Guimarães por José de Guimarães em 1992 dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DE ESCOLAS –

Presente a seguinte proposta: “A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, vem introduzir alterações ao regime jurídico de autonomia, administração e gestão das escolas, através do reforço da participação das famílias, das autarquias e das comunidades, materializado num órgão colegial de direcção, denominado Conselho Geral, competindo-lhe a aprovação das regras de funcionamento da escola (Regulamento Interno), as decisões estratégicas e de planeamento (Projecto Educativo, Plano Anual de Actividades) e o acompanhamento da sua concretização. Integram este Conselho Geral representantes do pessoal docente, não docente, pais e encarregados de educação, alunos, município e comunidade local. Nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 14.º daquele normativo legal, compete à Câmara Municipal designar os representantes do Município ou, delegar tal competência nas Juntas de Freguesia, para integrarem o Conselho Geral de Escola. Nesta conformidade, proponho que em representação do Município sejam designados os elementos,

constantes da relação em anexo, para integrarem os Conselhos Gerais dos catorze Agrupamentos de Escola e das três Escolas Secundárias, para o quadriénio 2009/2013”. A relação dos representantes do Município no Conselho Geral de Escolas dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com seis votos a favor e quatro votos contra. -----

EDUCAÇÃO – ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA COMPARTICIPAÇÃO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR (AUXÍLIOS ECONÓMICOS DIRECTOS)

– **ANO LECTIVO 2009/2010** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “No âmbito do quadro de competências e atribuições na área da Educação, e dando cumprimento ao disposto na alínea d), do artigo 19º, da Lei nº159/99, de 14 de Setembro, a Autarquia procede anualmente à transferência de verbas para os Agrupamentos de Escolas do Concelho, destinadas à comparticipação de livros e material escolar dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico abrangidos pela Acção Social Escolar (auxílios económicos directos). Nesse sentido, à semelhança dos anos lectivos anteriores, e de modo a que os alunos do escalões A e B possam dispor do material necessário às actividades curriculares logo no início do ano, propõe-se que se proceda à transferência das verbas destinadas àquele apoio, tendo por base o número de alunos que beneficiaram de auxílios económicos directos no ano lectivo anterior, procedendo-se aos devidos acertos logo que os Agrupamentos de Escolas disponham de informações actualizadas, referentes ao ano lectivo de 2009/2010. Assim, propõe-se a atribuição de uma verba global no valor de €112.873,00 (cento e doze mil oitocentos e setenta e três euros) para



comparticipação de livros e material escolar de 1579 alunos do 1ºCEB abrangidos pelo escalão A da Acção Social Escolar e 2348 do B. Junto se anexa mapa com indicação das verbas a atribuir por Agrupamento de Escolas. À consideração superior. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CEB – ANO LECTIVO 2009/2010 – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, no âmbito do Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º CEB, e de acordo com o disposto no art. 3º do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa, é conferido aos Municípios a possibilidade de realizar parcerias com Associações de Pais e Encarregados de Educação ou Outras Entidades que estejam a assumir a gestão dos refeitórios, mediante a celebração de Protocolos. Assim, à semelhança do ano lectivo transacto, e a fim de ser preparado o Processo de Candidatura a remeter à Direcção Regional de Educação do Norte, junto se anexa: minuta de Protocolo a celebrar com as Entidades; relação das Entidades Parceiras”. A relação das entidades parceiras, bem como a minuta do protocolo a celebrar dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – PIEF – PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO – CONCESSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação:

“Como é do conhecimento superior, a Equipa Móvel Multidisciplinar do Vale do Ave (PETI), tem vindo a desenvolver respostas *educativas/formativas*

em alternativa ao ensino regular através da medida PIEF – Programa Integrado de Educação Formação. Dado que no próximo ano lectivo, se irá iniciar um PIEF para certificação do 3ºciclo, a ter lugar na EB2,3 Arqueólogo Mário Cardoso, aquela Equipa vem solicitar e à semelhança de anos transactos, a colaboração da Autarquia para a concessão de transporte escolar em carreira pública, para um grupo de 15 alunos que vão ingressar naquela turma. Atendendo a que: o objectivo do PIEF, é retirar do mercado ilegal menores em situação de exploração de trabalho infantil, proporcionando-lhes assim uma nova oportunidade de conclusão da escolaridade obrigatória; a idade dos menores que vão integrar aquela turma é igual ou superior a 15 anos, e não se encontram abrangidos pelo Decreto-lei nº 299/84 de 5 de Dezembro; propõe-se que seja celebrado com o PETI um *Acordo de Colaboração* para a concessão de Transporte Escolar, a vigorar no ano lectivo 2009/10. Mais se informa que o transporte vai implicar à Autarquia o custo mensal previsível de €1.000,00 (mil euros), e que para efeitos de cabimentação de verbas deverá ser utilizada a proposta nº 4444, do plano de transportes escolares para o ano lectivo 2009/10, aprovado em Reunião de Câmara de 21 de Maio de 2009. Junto se anexa dois exemplares do *Acordo de Colaboração* a celebrar entre as entidades. Á consideração superior”. A minuta do acordo de colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PIEF – PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO – CONCESSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Em reunião de Câmara realizada em 11 de Setembro de 2008, e no âmbito do projecto PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) foi deliberado para o ano lectivo 2008/09, a concessão de Transporte Escolar



em carreira pública a um grupo de 17 alunos que integraram o PIEF para certificação do 3º ciclo, que funcionou na Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais em parceria com o PETI, EB2,3 João de Meira e a CASFIG. Dado que esse mesmo projecto irá ter continuidade para o próximo ano lectivo, propõe-se a concessão de transporte escolar para os 17 alunos que integram aquela modalidade de ensino. Informa-se que o transporte vai implicar à Autarquia um custo mensal previsível de €1.700,00 (mil e setecentos euros), estando esta despesa cabimentada na proposta nº 4444, do Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2009/2010, aprovado em Reunião de Câmara de 21 de Maio de 2009. Á consideração superior”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO – CRIAÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA – LARGO MARTINS SARMENTO E RUA CONDE D. HENRIQUE – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Considerando a requalificação em curso do Largo Martins Sarmento e Rua Conde D. Henrique; Considerando o aumento dos espaços pedonais previsto e consequente redução do número de lugares de estacionamento; Considerando a necessidade de adequar a oferta de estacionamento à crescente procura, garantindo a rotatividade do mesmo por pequenos períodos de tempo; Propõe-se à Câmara a criação de novas zonas de estacionamento de duração limitada no Largo Martins Sarmento e Rua Conde D. Henrique, com limite máximo horário de 2 horas e taxa horária de € 0,55/h”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra a Vereadora Ana Amélia Guimarães. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DAS FREGUESIAS DA COSTA E MESÃO FRIO – Presente a seguinte

informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Nos termos da alínea v), do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação pelo executivo camarário da denominação toponímica de “**Rua Rainha Isabel de Bragança**” ao arruamento com início na Avenida Rio de Janeiro e fim na Praceta da Resistência ao fascismo.” A informação com a memória do topónimo, bem como a planta com a designação toponímica dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Sande (Vila Nova) aprovou a denominação toponímica para o seguinte arruamento: 55 – **Rua da Veloura** – Arruamento sem saída, com início na rua da Pojeira. Assim, nos termos da alínea v), do n.º 1, do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Sande (Vila Nova)”. A planta relativa à denominação toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SERZEDELO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de freguesia, a Assembleia de Freguesia de Serzedelo aprovou o seguinte aditamento à toponímia existente: 25 – **Travessa de Pedrados** –



Alargamento do âmbito do topónimo do arruamento, tendo início na rua Fernando Pessoa e fim na travessa do Padrão; 95 – **Travessa Nova do Agrêlo** – Arruamento sem saída, com início na rua Nova do Agrêlo; 96 – **Travessa Nova de S. Pedro** – Arruamento sem saída, com início na rua de S. Pedro; 97 – **Travessa de S. Pedro** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome; 98 – **Trav^a da Capela de S. Pedro** – Arruamento sem saída, com início na rua de S. Pedro; 99 – **Rua da Portela** – Tem início na Rua Nova do Agrêlo e termina no entroncamento com a rua Fonte da Sesta; 100 – **Rua das Senhoras do Monte** – Tem início na rua Fonte da Sesta e termina no limite de freguesia com Nespereira; 101 – **Rua Tapada Sanfins** – Tem início na rua Plácido Pinto Teixeira da Costa e termina no entroncamento com a rua de Sanfins da Herdade; 102 – **Travessa do Soeiro** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome; 103 – **Trav^a General Humberto Delgado** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome; 104 – **Rua de Paços** – Tem início na rua General Humberto Delgado e termina no entroncamento com a rua de Santa Cristina; 105 – **Trav^a Casal do Passos de Cima** – Arruamento sem saída, com início na rua de Passos de Cima; 106 – **Rua Luís de Camões** – Tem início na rua da Vinha da Portela e termina no entroncamento com a rua da Cova; 107 – **Rua Fernão de Magalhães** – Tem início na rua de Vila Meã e termina no entroncamento com a rua de Abrecôvo; 108 – **Rua de Chamuzinhos** – Tem início na rua de Chamuzinhos do Meio e termina no limite de freguesia com Selho (S. Cristóvão); 109 – **Rua da Cavada** – Tem início na rua Torres Carneiro e termina no entroncamento com a rua de S. Bartolomeu; 110 – **Rua D. João** – Prolongamento da rua com o mesmo nome, freguesia de Guardizela, até à V.I.M.; 111 – **Rua do Paço** – Arruamento sem saída, com início na rua de Brandeão; 112 – **Rua de Brandeão** – Arruamento sem

saída, com início na rua de Varziela. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Serzedelo”. As plantas relativas à denominação toponímica dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE CALDELAS

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia da Caldelas aprovou o seguinte aditamento à toponímia existente: 1) **Integrar o traçado da Rua João Cândido Lamosa na Travessa do Souto**; 2) Atribuir o topónimo Rua João Cândido Lamosa ao arruamento localizado entre a Rua da Quintã e a Travessa da Raposeira, Sande (S. Lourenço); 3) Atribuir o topónimo Travessa do Penedo ao arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Caldelas. A planta relativa à denominação toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DAS FREGUESIAS DE CONDE E MOREIRA DE CÓNEGOS

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta das Juntas de Freguesia de Conde e Moreira de Cónegos, as respectivas Assembleias de freguesia aprovaram a



atribuição de topónimos aos seguintes arruamentos partilhados: 1) **Rua Combatentes do Ultramar** – arruamento localizado entre a Avenida de Silvaes e a rua de Tresmonde; 2) **Rua da Amizade** – arruamento localizado entre a Avenida de Silvaes e a rua de Tresmonde; 3) **Rua D. Afonso Henriques** – arruamento localizado entre a Avenida de Silvaes e a rua de Tresmonde. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Moreira de Cónegos”. A planta relativa à denominação toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 3 de Julho de 2009, que disponibilizou, à Cooperativa Fraterna o transporte, em autocarro das crianças e jovens residentes nos Bairros de Gondar e Atougua, nos dias 30 de Junho e 6, 9 e 13 de Julho.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. ----

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE VIATURAS – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 2 de Julho de 2009, que disponibilizou, à Cooperativa Fraterna, viaturas da Câmara para apoio aos passeios seniores 2009 932 Km, no passado mês de Junho.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE VIATURAS – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 8 de Julho de 2009, que disponibilizou, à Cooperativa Fraterna, viaturas da Câmara para distribuição de alimentos a famílias carenciadas 987 Km, nos meses de Junho e Julho. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

TRANSPORTES – COOPERATIVA FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 17 de Junho de 2008, que disponibilizou, à Cooperativa Fraterna, o transporte, em autocarro, de 22 crianças ao Pólo de Azurém da Universidade do Minho, no passado dia 18 de Junho. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

TRANSPORTES – COOPERATIVA FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE VIATURA - Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de uma viatura de 9 lugares para efectuar a recolha de mercearia junto das superfícies comerciais do concelho, nos dias 19, 20 e 21 de Junho. Considerando os objectivos prosseguidos pela Fraterna e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado,



bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. ----

TRANSPORTES – CENTRO PAROQUIAL SÃO ROMÃO DE MESÃO FRIO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Julho de 2009, que disponibilizou, ao Centro Paroquial São Romão de Mesão Frio, o transporte, em autocarro, de 25 crianças ao Scorpio – Parque de Animação Aquática de Guimarães, no passado dia 21 de Julho. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

TRANSPORTES – APNEI – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO NÚCLEO ESCOLAR DE INFANTAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de Julho de 2009, que disponibilizou, à APNEI – Associação de Pais do Núcleo Escolar de Infantas, o transporte, em autocarro, de 26 crianças ao Museu Martins Sarmiento, no passado dia 22 de Julho. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

BANDEIRAS – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA ESCOLA EB1/JARDIM DE INFÂNCIA – BANDEIRA DO MUNICÍPIO – Presente um ofício da Associação Pais e Amigos da Escola EB1/Jardim-de-infância Creixomil solicitando a cedência de uma Bandeira do Município. Propõe-se a atribuição da referida bandeira. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

BANDEIRAS – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIRGÍNIA MOURA – BANDEIRA DO MUNICÍPIO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de Julho de 2009, que conceder ao Agrupamento de Escolas Virgínia Moura uma Bandeira do Município. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. ----**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE POLVOREIRA –
SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA – ATRIBUIÇÃO DE**

SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Polvoreira, efectuou obras na Sede da Junta de Freguesia, cujo valor dos investimentos realizados se estima em €278.500,60 (duzentos e setenta e oito mil e quinhentos euros e sessenta cêntimos), conforme informação técnica elaborada pelo Departamento de Obras Municipais. A Câmara, em sua reunião de 24 de Janeiro de 2008 deliberou atribuir à Junta de Freguesia, um apoio no valor de €100.000,00 (cem mil euros), destinado a compartilhar nas obras e equipamento da Sede da Junta. Atendendo à função que este edifício, Sede de Junta, presta a um conjunto de Freguesias, nomeadamente nas áreas de formação, apoio ao emprego e social, proponho a atribuição de um subsídio complementar de €100.000,00 (cem mil euros)”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE TABUADELO –
OBRAS NO CENTRO DE DIA – REFORÇO DE VERBA –**

Presente a seguinte proposta do vereador Domingos Bragança: “Em suas reuniões realizadas em 29 de Maio de 2008 e de 23 de Abril de 2009, a Câmara Municipal deliberou conceder à Junta de Freguesia de Tabuadelo apoios destinados à execução da obra designada por “Obras no Centro de Dia”. O custo total da obra é de € 161.538,00, tendo ultrapassado o valor dos Protocolos de atribuição de subsídios estabelecidos com a Junta de Freguesia, no montante de € 98.715,54. Atendendo à importância Social desta obra, proponho a atribuição, à Junta de Freguesia de Tabuadelo, de uma verba no valor de €75.000,00 (setenta e cinco mil euros). A referida importância que será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade



económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – FESTIVAL DE VERÃO “BARCO ROCK FEST” – Presente a seguinte proposta:

“O Movimento Artístico das Taipas – Associação Cultural, em parceria com a Junta de Freguesia de Barco, vai organizar entre 19 e 23 de Agosto um Festival de Verão denominado “Barco Rock Fest”, junto à Praia Fluvial de Barco, iniciativa mobilizadora da juventude daquela zona do Concelho, e participada por muitos jovens de outras regiões que a ela se deslocaram. O Festival que terá a sua 4ª edição, tem se vindo a afirmar no contexto dos festivais musicais que nesta época se realizam, com maior investimento na qualidade dos espectáculos, e aproveitando as belas condições do espaço em que decorre. Pelo seu interesse na diversificação da oferta cultural do concelho, proponho a concessão de um subsídio de €5.000,00 (cinco mil euros) à Junta de freguesia de Barco para a realização do Festival, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade

económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL DA IRMANDADE DE S. TORCATO – LAR DE IDOSOS – Presente a seguinte proposta: “A

Irmandade de S. Torcato tem em construção um edifício para Lar de Idosos e Centro de Dia, com apoio do Ministério do Trabalho e Segurança Social no âmbito do Programa Pares I. Através de ofício dirigido recentemente a esta Câmara, a Irmandade de S. Torcato solicitou que a Câmara Municipal apoiasse este investimento, através da concessão de um subsídio destinado a compartilhar nos custos respeitantes à realização das

referidas obras, que ascendem a €976.977,00. Considerando o interesse social da obra em referência, proponho que seja concedido à Irmandade de S. Torcato um subsídio de €100.000,00 (cem mil euros), de apoio à construção do edifício destinado a Lar de Idosos e Centro de Dia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 61 a 65 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO CARMO – APOIO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social Nossa Senhora do Carmo com sede na Rua D. João I, nesta cidade de Guimarães, solicitou um apoio da autarquia para



comparticipar nos custos com a alteração da caixilharia de uma porta designada “porta de serviço” para “porta de emergência”, para cumprimento de disposições legais. Alega para o efeito que a instituição, como tantas outras suas congéneres, luta com enormes carências financeiras e que, conforme o orçamento apresentado, o valor dos trabalhos importa em €600,00 (seiscentos euros). A Câmara Municipal reconhece o relevante serviço prestado por aquele Centro Social à comunidade e mostrou-se, em todo o processo, disponível para ajudar o Centro nessa intervenção. Assim, proponho, ao abrigo da al. a) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Junho, que a Câmara Municipal atribua ao Centro Social Nossa Senhora do Carmo um subsídio no valor de €500,00 (quinhentos euros), destinado a participar nos custos com a adaptação da “porta de serviço” em “porta de emergência”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr.

Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE FERMENTÕES – CENTRO

DE DIA – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões, IPSS com elevado historial no apoio social, celebrou no âmbito do programa PARES II um contrato de comparticipação financeira com o Instituto da Segurança Social com vista à construção de um novo Centro de Dia, cujo valor de candidatura foi de €230.850,00 apoiada em 50%. Considerando o apoio municipal que tem vindo a ser atribuído às IPSS concelhias que viram aprovadas candidaturas ao programa PARES, dadas as insuficiências financeiras que as mesmas dispões, agravadas ainda mais com a situação económica da região e do País, proponho a atribuição de um subsídio de €50.000,00 (cinquenta mil euros) como comparticipação municipal ao referido equipamento, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos



de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE CREIXOMIL – EQUIPAMENTO SOCIAL – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Creixomil, celebrou no âmbito do programa PARES um contrato de comparticipação financeira com o Instituto da Segurança Social com vista à construção do seu equipamento social, cujo valor de candidatura foi de €1.220.900,00 apoiada em 60%. Considerando o apoio municipal que tem vindo a ser atribuído às IPSS concelhias que viram aprovadas candidaturas ao programa PARES, dadas as insuficiências financeiras que as mesmas dispões, agravadas ainda mais com a situação económica da região e do País, proponho a atribuição de um subsídio de €100.000,00 (cem mil euros) como comparticipação municipal ao referido equipamento, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da

CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE LORDELO

– REMODELAÇÃO DA SEDE – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Reformados de Lordelo é uma IPSS que presta um alargado serviço social aos Idosos daquela Vila e das freguesias envolventes. Nas suas instalações sociais estão em curso obras de remodelação para corresponder a novas exigências de segurança para os seus utentes em resposta a alterações da lei. Considerando a importância social do equipamento daquela Associação e as dificuldades financeiras da Instituição em por si realizar as obras necessárias, proponho a atribuição de um subsídio de €20.000,00 (vinte mil euros) a pagar após autos de medição a realizar pelo Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do



PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – LAR BENEFICIENTE S. JORGE – RAMAL DE ÁGUA – Presente a seguinte proposta: “O Lar Beneficente S. Jorge, em Pevidém, solicitou apoio para o pagamento do ramal de ligação à rede pública de água, que instalou destinado a servir a rede de combate a incêndios. Considerando que se trata de uma Instituição de Solidariedade Social, cuja actividade é sustentada por um acordo de cooperação com a Segurança Social, proponho a atribuição de um subsídio de €1.433,00 (mil quatrocentos e trinta e três euros) correspondente a 50% dos custos da ligação, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas do PSD votaram favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos apesar de continuarem a acreditar que o incremento das ligações às redes de água e saneamento no concelho de Guimarães deve ser feito de forma transversal e sustentada e não casual e pontualmente. Os preços envolvidos

são uma vez mais claramente elevados; que dizer então das famílias que passam por esta situação... Continuamos e continuaremos a defender uma verdadeira campanha de sensibilização das populações e, de forma concomitante, a redução em 50% dos custos de ligação às redes de água e saneamento, como foi por nós proposto em 10 de Outubro de 2002 e chumbado pelos vereadores eleitos nas listas do PS”. -----

SUBSÍDIOS – COOPERATIVA TEMPO LIVRE – JOGOS DO EIXO ATLÂNTICO – PAGAMENTO DE ESTADIA DOS ATLETAS

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação de Câmara de 18 de Junho último, a Autarquia desenvolveu os procedimentos necessários à organização da deslocação e estadia dos atletas que representaram Guimarães nos Jogos do Eixo Atlântico. Sucede que os Serviços da Autarquia receberam a factura da agência de viagens contratada pela organização local (Ayuntamiento de A Coruña) relativa à estadia (alojamento e alimentação) dos atletas escassos dias antes da partida da comitiva, pelo que não havia qualquer possibilidade de, no tempo que nos era indicado, formalizarmos a contratação daquela entidade. Face à exigência de pagamento até ao início da estadia, e como forma de evitar qualquer transtorno em matéria de alojamento ou alimentação à comitiva de 55 atletas que representaram Guimarães, foi solicitado à Cooperativa Tempo Livre que assumisse o pagamento da respectiva factura, com o compromisso de a Câmara Municipal transferir posteriormente o montante despendido para este efeito. Deste modo, cumpre-me propor a atribuição, à Cooperativa Tempo Livre, de um subsídio de €11.952,00 (onze mil, novecentos e cinquenta e dois euros), correspondente ao montante despendido por aquela entidade para pagamento da estadia da comitiva de Guimarães que participou na VIII Edição dos Jogos do Eixo Atlântico”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador



Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta. -----

SUBSÍDIOS – AMIGUINHOS DO MUSEU DE ALBERTO SAMPAIO/PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA – APOIO PARA PRODUÇÃO DE AUDIOVISUAL – Presente a seguinte

proposta: “A requalificação dos monumentos do Monte Latito e a valorização e enriquecimento da sua oferta cultural é uma meta que une várias entidades, tendo vindo o Paço dos Duques de Bragança a dedicar uma atenção especial à planificação de um conjunto de melhoramentos que a todos interessam. Assim, o Paço dos Duques de Bragança, em conjunto com a Associação Amiguinhos do Museu Alberto Sampaio, pretende desenvolver e produzir um audiovisual sobre D. Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal e figura indissociável da cidade de Guimarães, a instalar no castelo de Guimarães. Para o efeito, vêm aquelas entidades solicitar apoio da Autarquia para este projecto, dada a manifesta incapacidade de uma e de outra para, de *per si*, fazerem face à totalidade dos encargos envolvidos na produção. Atendendo ao inquestionável interesse público de que se reveste a valorização do Monte Latito e, muito particularmente, o estudo e divulgação, em suportes contemporâneos, da figura do nosso primeiro Rei, proponho, ao abrigo da alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição, à Associação dos Amiguinhos do Museu de Alberto Sampaio, de um subsídio de €10.000,00 (dez mil euros), destinado a compartilhar nos custos de uma produção audiovisual sobre D. Afonso Henriques”. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68,

70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – CAMINHADA “TODOS A ANDAR” – APOIOS – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 31 de Maio, a RUN Porto e a EDP Gás organizaram em Guimarães uma CAMINHADA TODOS A ANDAR, cujas receitas revertiam para a Liga Portuguesa Contra o Cancro. Esta caminhada, aberta a todos os participantes, percorreu várias artérias da cidade, tendo reunido cerca de 2.800 participantes. O apoio disponibilizado pela Autarquia constou de: - Policiamento por parte da Policia Municipal; - Cedência de 50 grades; - Cedência de dois “outdoors” para promover a caminhada com a concepção a cargo dos promotores; - Colocação de uma baixada eléctrica na Alameda Alfredo Pimenta. Tendo em vista os fins de beneficência desta iniciativa proponho, ao abrigo da alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a ratificação dos apoios concedidos pelos



despachos datados de 29 de Janeiro de 2009, 1 de Abril de 2009 e 5 de Maio de 2009”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. SUBSÍDIOS – MORÁVIA – ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – UM DIA PELA VIDA** – Presente a seguinte proposta: “Integradas nas iniciativas “Um Dia pela Vida” que se Têm realizado por todo o Concelho, também na Vila de Moreira de Cónegos tiveram lugar acções de solidariedade. Para a sua realização, a Associação “Morávia” solicitou a instalação de um palco, entre outros apoios. Não tendo sido possível atender à solicitação e considerando o esforço financeiro realizado com o seu aluguer, proponho a atribuição de um subsídio de €250,00 (duzentos e cinquenta euros) à referida associação, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a

necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ESCOLA SUPERIOR ARTÍSTICA DO PORTO – EXTENSÃO DE GUIMARÃES – EXPOSIÇÃO EXIT 09 – Presente a seguinte proposta: “A Escola Superior Artística do Porto (Extensão de Guimarães) vai organizar uma Exposição EXIT 09, em que serão apresentados os trabalhos finais da Unidade curricular Ateliê-Projecto da sua licenciatura em Artes/Desenho. A Mostra terá lugar na Sociedade Martins Sarmento, e foi solicitado apoio municipal. Considerando a importância da criação de oportunidades para os jovens criadores apresentarem os seus trabalhos e o interesse na diversificação de ofertas culturais na cidade, com reforço da sua atractividade como espaço urbano criativo, proponho a atribuição de um subsídio de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de



Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA – Presente a seguinte proposta: “A Escola Secundária Francisco de Holanda vai participar num Intercâmbio, na Polónia, entre 15 e 26 de Julho, no âmbito da disciplina de Educação Moral e Religiosa, inserido num programa para a Juventude da União Europeia. A delegação da Escola será composta por 16 jovens e 3 responsáveis, tendo solicitado apoio municipal. Considerando os objectivos do intercâmbio, deferi a cedência de transporte de Guimarães para o Aeroporto e a oferta de lembranças, pertencentes ao espólio municipal, à escola e autarquia anfitriãs, pelo que proponho a sua ratificação, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DAS TAIPAS, BRITEIROS E PONTE – MOSTRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – Presente a seguinte proposta: “Os Agrupamentos das Escolas das Taipas, Briteiros, e Ponte, solicitaram o apoio da Câmara para o transporte de seus alunos que visitaram no Europarque na Vila da Feira uma Mostra de Ciência e Tecnologia. Por despacho de 25 de Junho deferi os apoios solicitados, o que implicou o aluguer de três autocarros, um para

o dia 29 e dois para o dia 30, que transportaram alunos das Escolas EB 2,3 das Taipas, Briteiros, e Ponte, e da Secundária das Taipas. O encargo do aluguer dos três autocarros foi de €970,75 (novecentos e setenta euros e setenta e cinco cêntimos). Considerando o interesse pedagógico da referida actividade, proponho a ratificação, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 05 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO TÁVORA – ANUÁRIO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Fernando Távora, com sede na EB 2,3 de Fermentões, editou o seu Anuário Escolar, publicação que esteve interrompida doze anos. Considerando a relevância da publicação para a coesão do Agrupamento instalado num território educativo que se caracteriza por fragilidades de natureza social, proponho a atribuição de um subsídio de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi



proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE SOUTO S. SALVADOR – 225.º ANIVERSÁRIO – Presente a

seguinte proposta: “A Confraria do Santíssimo Sacramento de Souto S. Salvador comemora em Agosto 225 anos. Para assinalar esse aniversário, vai realizar um programa de âmbito cultural e religioso, e de restauro de mobiliário, tendo solicitado apoio. Considerando a importância da efeméride, proponho que seja concedido um subsídio de €1.000,00 (mil euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos

vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GUIMARÃES E VALE DO AVE – IV CONGRESSO NACIONAL DE SURDOS –

Presente a seguinte proposta: “A Associação de Surdos de Guimarães e Vale do Ave, com sede em Guimarães, solicitou apoio no transporte para a deslocação a Aveiro, a fim de participar no IV Congresso Nacional de Surdos. Considerando a importância dessa representação e a sociabilização que sempre resulta destas participações, proponho que seja concedido um subsídio de €250,00 (duzentos e cinquenta euros), para pagamento do aluguer de um autocarro, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e



transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – MOTO CLUBE DE GUIMARÃES – 14.ª

CONFRATERNIZAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “O Moto Clube de Guimarães promove nos próximos dias 4, 5 e 6 de Setembro a sua festa concentração anual, que junta praticantes da modalidade de todo o País, no Parque das Caldas das Taipas, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal para a instalação eléctrica de apoio às actividades de animação. Considerando a prática habitual e o interesse da concentração, proponho que seja deferida a pretensão cujos encargos se elevam a €1.821,60 (mil oitocentos e vinte e um euros e sessenta cêntimos), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira. -----

SUBSÍDIOS – DELEGAÇÃO DA PREFEITURA DE TAQUARI

(BRASIL) – Presente a seguinte proposta: “Na sequência de um intercâmbio iniciado em 2006, desloca-se a Guimarães, nos próximos dias 22 a 31 de Julho, uma Delegação da Prefeitura de Taquari (Brasil) que vem acompanhar o Grupo Folclórico daquele Município. Este Grupo vai

participar no Festival Internacional de Folclore de Vila Nova de Sande. Aquela Delegação solicitou o apoio municipal no transporte da comitiva do Aeroporto Sá Carneiro para Guimarães e da nossa cidade para S. Pedro do Sul, bem como para comparticipar nas despesas com a estadia dos membros da Delegação. Considerando o interesse do referido intercâmbio e a promoção turística de Guimarães no Brasil, um dos nossos mercados que tem vindo a assumir uma procura crescente, proponho que sejam assumidos os encargos solicitados que ascendem a um total de €3.120,00 (três mil cento e vinte euros), sendo €2.925,00 relativos aos custos com as estadias e €195,00 ao pagamento de horas extraordinárias aos motoristas que vão assegurar o transporte, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado



como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – DELEGAÇÃO DA CIDADE DE DIATOSTA

(ITÁLIA) – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 8 de Maio visitou esta cidade, em retribuição de uma visita anterior, uma Delegação da Cidade de Diatosta (Itália) que mantém um intercâmbio com os Viajantes de Guimarães. Considerando as obrigações de retribuição das deferências recebidas, assumi o pagamento de algumas despesas de restauração desta Delegação, no montante global de €650,00 (seiscentos e cinquenta euros), que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78 e 79 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo

interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – FESTAS DA CIDADE E GUALTERIANAS – TROFÉU PARA FEIRA DE GADO – Presente um ofício da Cooperativa A Oficina solicitando a atribuição de um troféu destinado à Feira do gado e Concurso Pecuário, a realizar no âmbito da edição de 2009 das Festas da Cidade e Gualterianas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – HOMENAGEM A ANTIGO PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VERMIL – Presente a seguinte proposta: “O Pároco da freguesia de Vermil, em nome da Comissão Organizadora da homenagem ao Senhor Josias de Carvalho, autarca que exerceu a Presidência da Junta de Vermil durante trinta e dois anos, solicitou a instalação de uma baixada eléctrica no Monte de S. Miguel naquela freguesia para apoio aos actos que ali decorreram no passado dia 24 de Maio. Pelas razões bem justificadas que levaram à realização daquela homenagem, deferi a solicitação que teve um encargo de €578,06 (quinhentos e setenta e oito euros e seis cêntimos), o que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de Julho de 2009, que autorizou a instalação de uma baixada eléctrica na Rua de Santa Maria de Sever, destinada ao 40.º aniversário do Corpo Nacional de Escutas da freguesia de Sande S. Martinho, nos passados dias



18 e 19 de Julho. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE FERMENTÕES – FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Fermentões solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada entre os passados dias 27 e 31 de Maio. Assim, propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Fermentões, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das Festas de Nossa Senhora do Rosário, no valor de €167,12 (cento e sessenta e sete euros e doze cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 83 a 92 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – GRUPO REGIONAL FOLCLÓRICO E AGRÍCOLA

DE PEVIDÉM – XXXIII FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício do Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações do XXXIII Festival Internacional de Folclore, realizado no passado dia 25 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €63,30 pelo que se propõe a atribuição, ao Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações do XXXIII Festival Internacional de Folclore, num máximo de €33,65 (trinta e três euros e sessenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 83 a 92 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS SANTO ESTEVÃO – FESTIVAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Briteiros Santo Estêvão solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações do Festival de Folclore, realizado entre os passados dias 18 e 21 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €36,21 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Briteiros Santo Estêvão, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações do Festival de Folclore, num máximo de €18,11 (dezoito euros e onze cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 83 a 92 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELÕES –
FESTA EM HONRA DE S. JOÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –**

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Castelões solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. João, realizada entre os passados dias 25 e 28 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €128,69 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Castelões, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. João, num máximo de €64,35 (sessenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 83 a 92 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S.



CRISTÓVÃO – FESTA EM HONRA DE S. JOÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. João, realizada nos passados dias 24 e 25 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €101,83 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. João, num máximo de €50,92 (cinquenta euros e noventa e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 83 a 92 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – IRMANDADE DE S. TORCATO – ROMARIA

GRANDE DE S. TORCATO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Irmandade de S. Torcato solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Romaria Grande de S. Torcato, realizada nos passados dias 3, 4 e 5 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €224,18, pelo que se propõe a atribuição, à Irmandade de S. Torcato, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Romaria Grande de S. Torcato, num máximo de €112,09 (cento e doze euros e nove cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 83 a 92 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ----

SUBSÍDIOS – UNIÃO DESPORTIVA DE POLVOREIRA – 36.º

ANIVERSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício



da União Desportiva de Polvoreira solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das comemorações do 36.º aniversário, realizadas entre os passados dias 9 e 12 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €75,39, pelo que se propõe a atribuição, à União Desportiva de Polvoreira, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações do 36.º aniversário, num máximo de €37,70 (trinta e sete euros e setenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 83 a 92 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA – FESTA EM HONRA DE S. SEBASTIÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Comissão da Festa em Honra de S.

Sebastião solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Sebastião, realizada entre os passados dias 10 e 12 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €135,83, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Guardizela, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Sebastião, num máximo de €67,92 (sessenta e sete euros e noventa e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 83 a 92 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. LOURENÇO – FESTA DO PADROEIRO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S.



Lourenço solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Padroeiro, a realizar entre os próximos dias 9 e 12 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €57,88 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa do Padroeiro, num máximo de €28,94 (vinte e oito euros e noventa e quatro centimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 83 a 92 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE RENDUFE – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora de Fátima solicitando autorização para

ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora de Fátima, a realizar entre os próximos dias 12 e 15 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €68,67, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Rendufe, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora de Fátima, num máximo de €34,34 (trinta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 83 a 92 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ----
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACTA Nº 17 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE JULHO DE 2009

**DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE,
PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**